

Chile 1973



Por **MÁRIO MAESTRI***

Essa data não deve se restringir ao necessário repúdio moral aos tempos hediondos em que o 11 de setembro de 1973 lançou o Chile, a bem da verdade, de certo modo, até hoje

Há 50 anos, em 11 de setembro de 1973, alguns milhares de soldados iniciavam o golpe que poria fim ao governo constitucional do Chile, à chamada via chilena ao socialismo e, sobretudo, a um movimento revolucionário às portas da vitória. No palácio presidencial de La Moneda, no centro de Santiago, Salvador Allende morria lutando, cercado por alguns poucos fieis, após conclamar, pateticamente, a população a não resistir. Poucos dias antes do golpe, centenas de milhares de chilenos desfilavam pelas ruas da capital em apoio à Unidade Popular.

Diante da escassa resistência popular, conclamada à rendição pelo presidente Salvador Allende, e da não oposição do governo, o grosso das tropas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Corpo de Carabineiros aderiram ao golpismo, maciçamente. Entretanto, milhares de militares foram presos e expurgados das forças armadas, por negarem-se a participar do massacre da população.

Apesar de importantes estudos, não temos ainda uma avaliação ou história geral do golpe chileno, desde uma ótica do mundo do trabalho. Não possuíamos informação precisas da resistência popular armada que ocorreu no dia 11 e, por longas semanas, nos bairros populares e industriais de Santiago e no resto do país, em forma atomizada, desorganizada, sem qualquer direção. Não conhecemos em detalhes as deliberações e confrontos no interior das unidades militares, entre oficiais e sub-oficiais golpistas e não golpistas.

O historiador chileno Jorge Magasich, após uma pesquisa de mais de vinte anos, e participação ativa na Revolução Chilena, está nesse momento lançando em Santiago o terceiro e quarto volume de sua leitura geral sobre aqueles sucessos, em sete tomos. A qualidade dos dois volumes iniciais, assim como da saga dos marinheiros allendistas, já publicada, registram que sua história da Unidade Popular constituirá obra referencial sobre aqueles sucessos. (MAGASICH, 2002-2023.)

Balanço necessário

Mesmo avançando significativamente nosso conhecimento sobre o golpe e seus desdobramentos imediatos, salvo engano, não existe ainda uma apresentação geral da terrível repressão que se abateu sobre a população nos dias seguintes ao 11 de setembro. Nas periferias de Santiago, alucinados pela ingestão de anfetaminas, jovens conscritos comportaram-se como tropas de ocupação, com direito ao estupro e ao saque.

Jamais esquecerei os gritos lancinantes de mulheres que escutei, por dias, ao cair da noite, nos bairros populares, invadidos pelas tropas militares. A legalização da barbárie foi a estratégia da oficialidade para vergar, pelo medo, o movimento popular e transformar sub-oficiais e soldados honestos, em boa parte inicialmente contra o golpe, em verdugos

privilegiados do novo regime.

Cinquenta anos após 1973, sobretudo dificuldades políticas impedem ainda uma análise objetiva e radical da experiência chilena. Por razões diversas, após os sucessos, da esquerda reformista à esquerda revolucionária, nenhum grupo político-ideológico envolvido nos fatos encontrou-se em condição de apoiar esforço para lançar luz sobre os acontecimentos e sair indene do balanço. Com o passar dos anos, parte da própria memória dos fatos se esvaiu. Quanto às forças burguesas “democráticas”, conservadoras e fascistas, tudo fizeram e fazem para manter e expandir o desconhecimento sobre aquelas jornadas.

Assassinos da memória

Em 2022, a candidatura à presidência e a vitória de Gabriel Boric, de 37 anos, sem qualquer identificação com as classes trabalhadoras e populares, constituiu manobra de sucesso que propunha “virar a página”, romper com a memória e o programa da Unidade Popular, levando ao governo uma geração identitária pós-esquerdista, a nova ponta de lança do imperialismo contra o movimento social.

Após pouco mais de um ano de seu governo, as classes populares que haviam realizado um terrível esforço de mobilização, mergulharam na mais profunda confusão e o pinochetismo levanta, nesse 11 de setembro de 2023, a cabeça, como nunca. Gabriel Boric está fazendo no Chile o papel de Alexis Tsipras, na Grécia, de Alberto Fernández na Argentina, para ficarmos fora de nossas fronteiras.

O poderoso Partido Comunista Chileno, a principal organização operária do país, com um rico e antigo passado de lutas, orgulhara havia muito na colaboração de classes. Durante o governo da UP, se desdobrava para congelar a revolução chilena e jamais aceitara qualquer preparativo para o confronto pelo poder. Após o 11 de setembro, vergou-se sob o peso da repressão, da contrarrevolução, dos resultados desastrosos de sua política pacifista que entregou literalmente a população de mãos atadas aos golpistas.

Não há retorno ao passado

Hoje, o PC chileno sobrevive como pequena agremiação política, em relação à sua passada força, sem capacidade e, sobretudo, interesse em avançar um balanço real sobre as razões profundas da crise daquele que foi o mais importante partido operário da América do Sul. Entretanto, foi de suas filas que saiu o ensaio de resistência armada mais efetiva, após o golpe, em 1983, que por pouco não justicou o ditador, em setembro de 1986, em uma emboscada – Frente Patriótica Manuel Enríquez.

O Partido Comunista, mais recentemente, após colocar-se a reboque do social-reformismo socialista, apoiou a gestão social-liberal de Michelle Bachelet [2014-2018]. Desacreditado diante dos trabalhadores e populares chilenos, o Partido Comunista integra o atual governo social-liquidacionista de Borics, possivelmente propondo-o como um “governo em disputa”.

A posterior maré contrarrevolucionária mundial vitoriosa, em fins dos anos 1980, com a dissolução da URSS e dos Estados de economia nacionalizada e planejada, contribuiu para potenciar a dificuldade de um amplo balanço da experiência chilena. Sobretudo porque, após aquela vitória histórica do liberalismo e do imperialismo, foi proposto a inviabilidade histórica da conquista do poder pelos trabalhadores. E, portanto, a derrota da Revolução Chilena tem sido apresentada como apenas mais uma repressão, singularmente terrível, a um governo democrático-popular latino-americano por um golpe militar.

Socialista de esquerda

Fundado em 1933, o Partido Socialista constituía uma federação de forças políticas, com setores conservadores, centristas e radicalizados, contando com importantes bases operárias. Foi sobre a sua esquerda, representada por Carlos Altamirano, secretário-geral do Partido Socialista, que convergiram, inutilmente, as esperanças do movimento social, quando se mostrou inevitável o confronto geral e armado contra o golpismo, como única forma de defesa das conquistas alcançadas e ameaçadas pela contrarrevolução burguesa.

O radicalismo verbal de Carlos Altamirano, eleito secretário-geral do Partido Socialista, em 1971, sob a consigna “*Avanzar sin Transar*” [Avançar sem Conciliar], em momento algum se transformou em propostas políticas e organizacionais concretas. No momento do golpe, Altamirano não teve a coragem política de desdizer a ordem de Allende de rendição, antes do combate, e chamar a população à luta. Exilou-se poucos dias após o 11 de setembro e, reeleito secretário-geral em congresso no exterior, dirigiu a reconversão inicial do socialismo à social-democracia e, a seguir, ao social-liberalismo. Terminou sendo expulso do partido por direitista, dando início à divisão do socialismo chileno.

A facção majoritária do Partido Socialista apoiou o processo de redemocratização autoritária e limitada, de internacionalização da economia e de privatização de bens públicos que manteve e avançou o programa e as realizações golpistas. Após a dita “democratização” do país, realizada à sombra de uma constituição pinochetista, os governos socialistas, primeiro súcubos da democracia-cristã, a seguir por seus próprios pés, retomaram a reconstrução social-liberal do país imposta duramente pela ditadura militar, destacando-se na privatização dos bens públicos e na negativa de questionar o ordenamento institucional imposto pela ditadura. No Chile, também, as direções políticas ditas de esquerda não quiseram escutar falar a palavra “revogação”.

Movimiento de Izquierda Revolucionaria

Sequer o Movimiento de Izquierda Revolucionaria MIR, que defendia a inevitabilidade da luta armada, saiu politicamente indene do balanço sobre os sucessos anteriores ao golpe, da derrota de setembro de 1973 e dos embates sucessivos. Até hoje, salvo engano meu, não contamos com uma avaliação política sistemática de amplo fôlego da trajetória dessa organização, na qual militei, até meses após o golpe.

O MIR foi fundado em 1965, por estudantes de Concepción, por pequenas agrupações e militantes de orientação trotskista, anarquista e sindicalista-revolucionária. No congresso fundacional, aprovou-se a conquista insurrecional do poder. Muito logo, sob a direção de estudantes muito jovens – Miguel Enríquez, Luciano Cruz, Bautista van Schouwen, etc. –, o MIR assumiu uma orientação política guevarista, de luta armada incondicional. O que motivou a ruptura e sobretudo a expulsão dos segmentos opostos à orientação fidelista, que propunham a centralidade do mundo do trabalho na revolução.

Em 4 de novembro de 1970, quando Salvador Allende assumiu a presidência, a direção mirista encontrava-se politicamente derrotada, no que dizia respeito à sua estratégia de confronto militar incondicional com a burguesia. Com algumas dezenas de militantes ou pouco mais, o MIR não possuía qualquer possibilidade de se implantar no movimento social em forte ofensiva. O protagonismo guerrilheiro pequeno-burguês fora politicamente desarmado pelo mundo do trabalho em movimento.

Nova organização, mesma direção

O MIR foi anistiado e legalizado pelo novo governo. Com a imediata e crescente radicalização da população trabalhadora, que reagia à ofensiva da burguesia e desbordava os limites impostos pelo programa democrático-reformista da UP, o MIR

cresceu relativamente ao ensaiar-se como organização de massas com uma política mais a esquerda. Essa evolução não se deu a partir de uma autocrítica política, mas por adaptação à realidade política objetiva. Nesse processo, obteve alguma inserção entre os *pobladores*, estudantes e camponeses mapuches do sul do país. Os trabalhadores, fiéis ao PC e ao PS, mantiveram-se no geral refratário à ex-organização pequeno-burguesa e guerrilheira.

Ao abraçar a luta política e social de massas, a jovem direção mirista, de orientação guevarista, jamais abriu o debate sobre as políticas anteriores, cerceando a discussão nas suas filas. Durante sete anos, até o 11 de setembro, jamais realizou um congresso, não o tendo feito, igualmente, após o golpe. Isto, apesar de que, muito logo, numericamente, no novo MIR, a grande maioria da militância já pouco tinha e pouco comungava com as visões originais fidelistas. Simbolicamente, a direção mirista manteve a organização compartimentada, semi-clandestina, com nomes políticos, práticas próprias aos grupos militaristas, enquanto procurava se transformar em um partido enraizado entre as classes populares.

Tentando solucionar essa contradição, criaram-se os “Frentes Intermedios de Masas”: o Movimiento Campesinos Revolucionarios (FCR), a Frente de Pobladores Revolucionarios (FPR), a Frente de Estudiantes Revolucionarios (FER) e a Frente de Trabajadores Revolucionarios (FTR), este último de pouca expressão. Todos dirigidos pela direção máxima do MIR. As diversas frentes expressavam a vontade de resguardar a antiga visão de um partido militarizado e de manter o apoio a uma direção que se perpetuava, sem consulta à militância. Jamais houve proposta de transformação do movimento em partido operário revolucionário, com a integração orgânica e política privilegiada da vanguarda operária.

Fracasso político

Em 1972, nas eleições para a direção da CUT, o PC obteve pouco mais de 170 mil votos (31%), o PS 148 mil (26,4%) e o MIR amargou os pouco mais de dez mil obtidos, ou seja, 1,8%. Mesmo o Partido Radical, excrescência democrático-burguesa na aliança UP, obteve melhores resultados entre os trabalhadores. A Democracia Cristã teve 26,4% dos votos. O resultado das eleições da CUT causou enorme impacto na militância mirista, ao constatar-se o distanciamento da organização em relação aos trabalhadores, em nome dos quais falávamos. O balanço da direção sobre as eleições da CUT, publicado no semanário oficial do MIR, *El Rebelde* [O Rebelde], pouco lido, foi entretanto positivo. Como habitual, não houve discussão sobre aquele triste resultado.

A direção mirista pensou-se inicialmente como parte do esquema militar da UP, que jamais existiu. Quando a direção allendista negou-se à luta inevitável pelo poder, diante da radicalização do mundo do trabalho e da ofensiva inexorável da contra-revolução, a direção mirista recusou-se a se apresentar como alternativa àquela direção ou propor uma frente política com a esquerda do Partido Socialista.

A direção do MIR jamais defendeu a inevitabilidade do confronto militar e a necessidade de se preparar para ele. Reconheceria a fragilidade da organização e rejeitava a visão de confronto geral, tendo como vanguarda os trabalhadores do campo e da cidade. Seguiu sonhando com uma eventual guerra guerrilheira prolongada, nos serros e cordilheiras chilenas, onde jovens guerrilheiros seriam os prometeus da revolução. Folga dizer que a questão militar jamais foi discutida pela militância do MIR.

No dia 11, ao entardecer, a direção máxima do MIR ordenou aos seus militantes que recuassem e não se envolvessem na resistência militar que, mesmo esparsa, muito frágil e desarticulada, se ensaiava em Santiago e em outros pontos do país. Os que tentaram resistir, mesmo no MIR, ficaram sem qualquer direção. Tudo para melhor participar, muito logo, da longa guerra popular que propunham que se seguiria ao golpe. Abandonava-se o campo de batalha real, por luta guerrilheira hipotética que jamais se materializaria, após o refluxo geral do movimento de massas, que se seguiu à vitória da contrarrevolução.

Fracasso político, fracasso militar

Mergulhado em seus sonhos guerrilheiros, a direção política do MIR jamais se preparara, sequer militarmente, para o enfrentamento com os golpistas, já que isto exigiria compreensão política dos ritmos reais da revolução chilena, como proposto. A grande surpresa dos seus poucos militantes que participaram da tentativa de resistência, foi a pobreza de armamentos de que dispunha a organização, à exceção talvez de minúsculo arsenal central, não utilizado no 11 de setembro.

Mantendo-se a direção mirista fiel aos princípios românticos guevaristas de conquistar as armas aos opressores no combate, ela não se preparara também militarmente para o golpe. Descrevi em artigo, um pouco envergonhado, o armamento que dispunha o Grupo Político Militar 3 (GPM3), de Santiago, ao qual me liguei na tarde do 11 de setembro, para participar da resistência: algumas bombas de trotil, de pavio e explosão incerta; dois ou três velhos revólveres, quase sem munição, um deles, possivelmente de meados do século 19; uma ou duas espingardas calibre 22. Folga dizer que, se muito pretendemos, praticamente nada fizemos. [MAESTRI, 2020.]

Após o golpe, a direção mirista retornou às propostas guerrilheiras e protagonistas de antes da UP, como se os dois anos e meio anteriores tivessem sido um mero parêntesis introdutório à longa e dura guerra popular que se seguiria. Jamais se avaliou, antes e após o 11 de setembro, o peso do inevitável refluxo geral do movimento social, no caso da vitória plena da ditadura militar sobre o país. Lançando mão a diversas justificativas, a direção mirista se negou a realizar, no Chile, ou no exterior, congresso de avaliação sobre o golpe, como assinalado. Agora era a hora das armas falarem!

Exército Revolucionário do Povo

Uma das mais patéticas páginas da Revolução Chilena foi o massacre que se abateu sobre a militância mirista, quando a direção da organização tentou levar à prática, em forma corajosa, romântica, irrealista e irresponsável as propostas de guerrilha urbana e, mais tarde, rural. Tudo no contexto do profundo refluxo do movimento operário e popular imposto pela terrível derrota de 11 de setembro, como proposto. O MIR propôs a fundação de “comitês de resistência”, a fim de construir o “Ejército Revolucionario” del Pueblo. Nem aqueles, nem este jamais saíram do papel.

Com a consolidação da ditadura e o refluxo do movimento social, talvez mais de trezentos miristas, crescentemente visíveis à repressão, foram presos, torturados e executados. Enquanto os militantes miristas, literalmente peixes fora da água, eram abatidos pela repressão, a direção da organização proclamava e fazia proclamar através da Europa a organização de centenas de núcleos combatentes que existiram apenas no papel.

Em 5 de outubro de 1975, Miguel Enriquez, secretário-geral do MIR, morria em enfrentamento, sem que a organização jamais tivesse saído da defensiva, tendo alcançado a realizar apenas algumas ações militares menores. Em 1977-79, já com as filas dizimadas, a direção determinou a Operação Retorno, de militantes treinados em Cuba, motivo de novas prisões e mortes. A partir de 1987, o MIR dividiu-se em três grandes grupos que terminaram se dissolvendo e se dividindo em grupúsculos, sem alcançarem, até hoje, qualquer papel político de destaque.

Sentido histórico da Revolução chilena

Não foram ainda avaliadas as consequências profundas do fracasso da Unidade Popular para a história latino-americana e, sobretudo, mundial. A derrota da Revolução Chilena, em 1973, da Revolução Portuguesa, em 1976, da Revolução Afegã, em 1988, desequilibraram a correlação mundial de forças em detrimento das classes trabalhadoras e populares, facilitando a vitória da contrarrevolução neoliberal, em 1989-91, que levou o mundo a atual decadência civilizacional em que vivemos.

E, em 1973, o imperialismo estadunidense, em franca derrota no Vietnã, estava impedido de qualquer nova intervenção militar exterior.

No Chile, em 1970-1973, as classes trabalhadoras e populares confrontaram-se ao grande capital, nacional e mundial, na luta pela direção da sociedade e do Estado. Lutou-se, nos fatos, pela implantação do socialismo. Como é tradicional, as classes médias acompanharam o mundo do trabalho enquanto mostrou decisão e voltaram-lhe as costas quando mergulhou na confusão ou conheceu a derrota. São membros dessas classes médias que ocupam, hoje, no Chile, o centro do protagonismo político de *esquerda*, posição que anteriormente cabia fortemente aos trabalhadores, nem que fosse em forma indireta, através dos partidos comunista e socialista e da CUT.

A classe operária chilena formou-se no contexto da mineração do salitre e do cobre e fortaleceu-se com processo de industrialização por substituição de importações bastante semelhante ao do Brasil. Ao contrário do Brasil e da Argentina, ela jamais foi refém incondicional do populismo burguês e construiu dois poderosos partidos de classe, o comunista e o socialista. A classe operária chilena dispunha, sobretudo, de central de trabalhadores unificada, a CUT, fundada em 1953, que aorganizava praticamente a totalidade dos trabalhadores organizados chilenos, comunistas, socialistas, democrata-cristãos, apolíticos, etc.

Em 1970, nove anos após a vitória do socialismo em Cuba, no contexto de profunda crise social e avanço das lutas dos trabalhadores, a Unidade Popular propusera a transição eleitoral e gradual ao socialismo, processo a ser concluído em um horizonte distante, mais imaginário do que real, através da nacionalização inicial de alguns setores fundamentais da economia – cobre e bancos, sobretudo – e do aprofundamento da reforma agrária. Para os dias bicudos de hoje, um programa muito avançado, mas incapaz de abarcar as crescentes reivindicações populares, no contexto da crise geral da produção capitalista chilena e da impulsão da luta revolucionária que ocorria através do mundo.

Radicalização operária

Respondendo à sabotagem da produção e às atividades golpistas iniciadas antes mesmo da posse de Salvador Allende, os trabalhadores urbanos e rurais promoveram enorme processo de mobilização e ocupações de usinas, de fábricas e de fazendas, ultrapassando as determinações políticas de contensão das direções allendistas. Desde o início dessa ofensiva popular, a direção UP limitou-se a legalizar as ocupações que levaram ao controle popular de grande parte da economia do país.

A crescente ocupação pelos trabalhadores das fábricas, usinas, fazendas, etc. nasceu da vontade democrática dos produtores diretos e não de decisões político-partidárias de qualquer ordem ou orientação. Não procedem minimamente as propostas que essa radicalização tenha sido produzida pelo mirismo, pela esquerda socialista, etc. Ela foi toda ela devida aos trabalhadores dos campos e das cidades crescentemente conscientes de suas forças.

No sul do país, os camponeses mapuches reconquistaram terras perdidas nos anos, nas décadas e nos séculos anteriores aos colonizadores e, a seguir, aos latifundiários. Como nenhuma organização política abraçou com decisão essas lutas, em parte, elas organizaram-se no Movimiento Campesino Revolucionario, organizado pelo MIR. Através do país, os sem-teto ocuparam igualmente terrenos urbanos para construir suas moradias e os trabalhadores dirigiram coletivamente a produção de fábricas fechadas ou sabotadas pelos proprietários.

Todo poder aos soviets

Após a greve patronal de outubro de 1972, surgiram os “cordones industriales” (cordões industriais) reunindo territorialmente fábricas ocupadas e não ocupadas, que passaram a gerir inúmeras questões, conformando verdadeiros

embriões de conselhos operários – soviets. Em junho de 1973, se constituía uma “Coordinadora Provincial de Cordones Industriales” (Coordenadora Provincial de Cordões Industriais). Esses órgãos de poder operário tendiam a superar e contrapor-se ao imobilismo dos partidos da UP, da CUT e do governo allendista na condução do processo social. Eles tiveram importante papel na derrota do Tanquetazo, tentativa de golpe fracassada em 29 de junho de 1973, que abriu situação revolucionária no país. Em geral, os cordões foram dirigidos pela ala esquerda do Partido Socialista. O MIR jamais centrou sua atuação nesses órgãos. Nos dias seguintes ao Tanquetazo, fábricas e locais de trabalho foram maciçamente ocupadas pelos trabalhadores, pronto a combater militarmente o golpismo. Na noite do dia 28 de junho, diante do palácio presidencial, milhares de manifestantes reivindicaram que fosse fechado o parlamento que apoiara o golpe. Em resposta, Allende propôs que jamais desrespeitaria a democracia.

País nas mãos dos trabalhadores

A enorme criatividade popular fez com que a greve patronal de outubro de 1972 se encerrasse apressadamente, devido à paisagem social que propiciava. As fazendas, as minas, as fábricas, as lojas, os supermercados ocupados por funcionários e operários que não aceitavam cruzar os braços, mesmo pagos para não trabalhar, funcionavam sem proprietários e gerentes. Nos hospitais, em respostas a greves corporativistas, alguns médicos progressistas, estudantes de medicina e trabalhadores da saúde garantiram e ampliaram o atendimento. As classes dominantes expunham impudicamente seu caráter parasitário. Havia vontade e confiança entre os trabalhadores de tomarem definitivamente conta do país, já compreendendo os patrões como verdadeiras excrescências sociais.

O confronto social chileno pôs sob tensão o mais culto, o mais politizado e o mais organizado operariado latino-americano. Apesar das dificuldades materiais, iniciou-se a construção de um novo mundo alicerçado na solidariedade e no respeito, que se expressava nos mais simples atos interpessoais. A difundida prática de tratar por *compañero* [companheiro] colegas de trabalho, amigos, familiares e mesmo desconhecidos registrava verbalmente relações prenas de fraternidade e esperança.

Após setembro 1973, no exílio, por longos anos, brasileiros que haviam se refugiado no Chile seguiram tratando seus familiares de companheiros. Mantinham-se ainda sob o efeito da verdadeira iluminação social e comportamental determinada pelas lutas dos trabalhadores que dividira literalmente o Chile em dois campos, o dos companheiros e o dos *momios* [múmias, reacionários].

A mulher e a revolução

Em cenário social que dignificava o trabalho e a solidariedade e abominava o parasitismo, o individualismo, o elitismo, as crianças, os jovens, as mulheres, os idosos e os trabalhadores alcançaram dignidade jamais conhecida. Como nas jornadas francesas de 1789, o enorme envolvimento social e político das mulheres de todas as idades foi um dos fenômenos mais significativos da Revolução Chilena. Os valores do mundo do trabalho sobrepunham-se poderosamente às fantasmagorias ideológicas e culturais do capital.

O violento embate social ensejou rica e criativa produção cultural que se expressou na linguagem, no jornalismo, na música, nos murais, nas manifestações. A população conservadora foi anatematizada com a riqueza linguística que apenas as classes populares possuíam “momio”, “pituto”, “facho”, etc. Era enorme a batalha das consignas gritadas nas mobilizações, contra as forças da direita e, em forma não menos vibrante, entre as forças da esquerda revolucionária e reformista.

Nos muros das cidades, comandos de jovens militantes pintavam coloridos painéis inspirados nos muralistas mexicanos, registrando os passos da revolução chilena, assim como suas vacilações. Os jovens artistas defendiam-se dos ataques de

direitistas enquanto pintavam e mantinham guarda para que suas obras não fossem substituídas ou descaracterizadas. Entre esses grupos de jovens muralistas, destacavam-se as brigadas comunistas Ramona Parra, de grande capacidade estética e pouco afeita ao diálogo democrático, sobretudo com as organizações políticas à sua esquerda.

Foi singular a criatividade expressada nas manifestações políticas. Apesar dos recursos materiais de que dispunham, as demonstrações antipopulares jamais se aproximaram, numérica e esteticamente, das marchas populares, com suas palavras de ordem, suas canções, suas faixas e seus cartazes. Não muito tempo antes do golpe, como proposto, nas avenidas de Santiago, marcharam centenas de milhares de manifestantes, mostrando que, no Chile, se sofreu, sobretudo, uma derrota política, por falta de uma decidida direção, que se transformou em derrota armada diante da reação.

A música popular chilena alimentava-se e alimentava as lutas sociais. Na senda da luminar Violeta Parra, cantores e compositores como Victor Jara, Angel Parra e Patricio Mans e grupos musicais como Inti Illimani e Quillapayun registraram o esforço libertário chileno. Uma realidade que produziu o inesquecível “Venceremos” e a premonitória Cantata de Santa Maria de Iquique.

Tudo que não avança, retrocede

Negando-se a compreender a necessidade de conclusão e institucionalização política de um poder econômico e social já fortemente nas mãos dos trabalhadores e populares, mesmo nos últimos meses, quando o confronto militar mostrava-se inevitável, Salvador Allende e a direção da UP tentavam ainda impossível transação com a direita, desarmando política e militarmente as forças populares. Não há irreversibilidade em afirmarmos que Salvador Allende, com sua tentativa de defesa incondicional da ordem democrático-burguesa, contribuiu para a vitória do golpe de Estado de 11 de setembro.

Nos meses anteriores ao golpe, Salvador Allende entregou constitucionalmente às forças armadas o poder de vascular e desarmar o país, exercido, é dispensável dizer, em forma unilateral. Essas ações contribuíram fortemente para que os núcleos de esquerda, sobretudo socialista, que se preparavam para o golpe, dispersassem e até mesmo enterrassem seus já escassos arsenais.

A tentativa suicida de conciliação alcançou momento grotesco quando, em 9 de agosto, quatro semanas antes do golpe, pressionado pela alta oficialidade golpista e pela direita constitucional, Salvador Allende denunciou, através da rádio, em cadeia nacional, e mandou prender os suboficiais e marinheiros da Armada que se organizavam precisamente para defender o governo constitucional do golpismo. “Ontem foram descobertas tentativas de organização de células em dois navios da Marinha Nacional. Presume-se que intervieram membros do setor de ultra-esquerda. Mais uma vez os extremistas de esquerda dão as mãos aos de direita, gente que não entende o sentido desse processo que o povo vai defender [...]”.

Após esse pronunciamento liquidacionista, houve retraimento geral dos soldados, sub-oficiais e oficiais anti-golpistas, populares e socialistas, que sempre representaram um segmento não desprezível das forças armadas, com destaque para a marinha de guerra e os carabineiros. Se Salvador Allende e a direção política da UP tivessem chamado à resistência, dezenas de milhares de soldados, sub-oficiais e oficiais teriam lutado ao lado de centenas de milhares de populares. Após ouvir a declaração radiofônica, com os companheiros mais próximos, tivemos certeza plena que o golpe era questão de semanas, se não de dias.

Defendendo a ordem burguesa

A direção da UP tentara amplo movimento de devolução ao capital das fábricas ocupadas durante a greve patronal de outubro de 1972, com o apoio do Partido Comunista e enorme oposição do mundo do trabalho. Finalmente, momentos

antes do golpe, Salvador Allende acordara com a Democracia Cristã plebiscito sobre a sua continuação no governo. Se não alcançasse a maioria, renunciaria ao poder, entregando-o ao conservadorismo, encerrando antecipadamente o governo da Unidad Popular!

Precisamente para que não ocorresse o plebiscito, que seria anunciado no dia 17 de setembro, os golpistas antecederam o golpe. O grande capital e o imperialismo sabiam que, mesmo no caso da derrota da UP no plebiscito, não haveria retorno doce ao passado. Os trabalhadores se mobilizariam certamente para passar por cima das decisões derrotistas do alto comando da UP, imediatamente ou após a eventual entrega do governo, na busca de manter e ampliar o conquistado.

A violência da repressão ditatorial era necessária para esmagar a autonomia conquistada pelos trabalhadores diante da sociedade de classes e para pôr fim às expectativas mundiais que despertara. No dia 11 de setembro, golpeava-se a revolução chilena e a revolução mundial. Havia que destruir, para sempre, a experiência popular vivida, tão intensamente, durante aqueles anos radiosos. Para tal, havia que destruir as organizações operárias e populares chilenas, suas conquistas, seus melhores quadros, suas esperanças. Havia que retornar à paz social dos cemitérios.

Caça ao estrangeiro

Em uma América Latina sob o tacão militar, desde a vitória de Salvador Allende, milhares de militantes latino-americanos haviam se refugiado no Chile, onde foram recebidos de braços abertos pelo governo da Unidad Popular e pelas forças populares, sendo execrados pelas hostes conservadoras. Talvez mais de dois mil refugiados brasileiros vivessem, sobretudo em Santiago, ao lado de argentinos, uruguaios, bolivianos, etc. Com o golpe, esperava-se igualmente decepar toda uma vanguarda latino-americana.

A verdadeira caça ao não-chileno, com destaque aos negros, tidos todos como cubanos, lançada na manhã do 11 de setembro almejava apresentar o projeto revolucionário como uma proposta estrangeira, exótica ao povo chileno, e eliminar fisicamente boa parte da direção e da militância revolucionárias ali refugiada, em operação conjunta entre a CIA e as ditaduras latino-americanas, na qual o regime militar brasileiro participou ativamente.

O massacre de militantes estrangeiros foi substancialmente frustrado devido à ampla solidariedade mundial que obrigou as representações diplomáticas a abrirem generosamente as portas aos perseguidos. No contexto da aliança entre Pequim e Washington, de 1972, as sedes diplomáticas da China negou-se a aderir a essa iniciativa, querendo ocupar o espaço deixado pelo rompimento do governo ditatorial chileno com a URSS. A embaixada do Brasil fez o mesmo, para expor seus patrícios de esquerda possivelmente à morte. Tão grande foi a participação do embaixador brasileiro, Antônio Cândido Câmara Canto, no golpe, que era proposto como o “quinto membro da Junta ditatorial”.

Brasileiros foram assassinados, presos e torturados pela negativa do embaixador brasileiro e seus funcionários cúmplices de cumprir com suas obrigações constitucionais, ou seja, a proteção de seus nacionais. Nesse então, havia muito que o Itamaraty funcionava como braço da ditadura militar contra brasileiros exilados e vivendo no exterior. Uma história sobre a qual também não se fez luz plena no Brasil. Jamais houve investigação e punição dos responsáveis pela colaboração criminal do Itamaraty com as ditaduras militares chilena e outras. E jamais os diplomatas que colaboraram com o golpe e propiciaram a morte de brasileiros no Chile foram denunciados e castigados. Todos os governos do Brasil sempre souberam proteger os fascínoras ao serviço do Estado.

Contrarrevolução neoliberal

Chile foi a primeira nação latino-americana a conhecer as receitas da reorganização neoliberal da sociedade, desenvolvidas sob a direção do economista estadunidense Milton Friedman, da Escola de Chicago, cidade celebrizada pelos gângsters

que produziu. Operação que, após os anos de propaganda triunfante, mostra hoje, já sem pudor, através do mundo, seus resultados sociais execráveis.

Após o golpe, amplos ramos da indústria chilena foram aniquilados, reduzindo fortemente sua classe trabalhadora manufatureira. O Estado foi enxugado. Milhares de funcionários, demitidos. Os preços, liberados; as empresas estatais, privatizadas. As cotizações sociais patronais e os impostos sobre o lucro, rebaixados.

Liberaram-se as barreiras aduaneiras, mundializando a economia. Milhares de pequenas, médias e grandes indústrias fecharam. Explodiu o desemprego e a classe trabalhadora encolheu. Estudar e adoecer no Chile transformou-se em privilégio dos ricos, o que se mantém, até hoje, apesar das medidas paliativas empreendidas pelos governos “democráticos” que se seguiram ao golpe.

O desemprego e a lumpenização de importantes segmentos do operariado chileno reforçavam a desmoralização e o desencanto político-social promovido pela repressão. Após os refugiados políticos, multidões de chilenos abandonaram o país como refugiados econômicos, não raro para jamais retornarem ao país. Na antiga terra da solidariedade, passou a imperar a lei do cão.

Um país colonizado

A mundialização e desregulamentação da economia tornou o Chile o paraíso dos capitais, que investiram sobretudo na produção agro-industrial para o mercado exterior: vinho, hortaliças, maçãs, etc. Paradoxalmente, o setor agrário que mais progrediu foi o reformado durante o governo de Salvador Allende. Apenas a forte valorização do cobre, nas últimas décadas, impediu a débâcle geral da economia do país, sem qualquer autonomia energética.

Estendeu-se o consumo através de um endividamento da população jamais conhecido. As aposentadorias privatizadas lançaram na literal indigência trabalhadores, assalariados, professores, etc. após longas décadas de trabalho. Apesar da miséria dos bairros populares, afastados do coração das grandes cidades, o Chile foi apresentado por muitos anos como uma espécie de Tigre latino-americano, exemplo a ser seguido.

A chamada redemocratização do Chile, com a cumplicidade de Partido Socialista despudoradamente reciclado ao social-liberalismo, aprofundou as privatizações e consolidou instituições antidemocráticas que mantém ainda hoje a sombra da ditadura pinochetista sobre o país. As impressionantes manifestações estudantis de 2006, de 2011-13 e dos anos recentes, pelo retorno ao ensino público e gratuito, recolocaram em discussão a essência da chamada revolução liberal pinochetista, restaurando fortemente a memória do mundo construído quando da Revolução Chilena e perdido em setembro de 1973.

Um 11 de setembro eterno

Restaurados nos privilégios, os senhores das riquezas e do poder seguem temendo a memória gravada das jornadas revolucionárias gravada a fundo na tradição das classes trabalhadoras chilenas. A cada 11 de setembro, ela explode poderosamente em atos de protestos, nas mesmas ruas de Santiago, onde ressoaram, há 50 anos, os gritos de um povo lutando por seu destino.

No presente 11 de setembro, os olhos do mundo se voltam, mais uma vez, sobre Santiago, devido o transcurso dos cinquenta anos da derrota da Revolução Chilena, que fizera explodir as esperanças, no Chile, na América Latina e através do mundo, no avanço da reorganização socialista da sociedade e superação de uma ordem capitalista em crescente decrepitude.

a terra é redonda

Essa data não deve se restringir ao necessário repúdio moral, por todos as mulheres e homens de bem, aos tempos hediondos em que o 11 de setembro de 1973 lançou o Chile, a bem da verdade, de certo modo, até hoje. Sobretudo porque eles foram produto da insuperável natureza do escorpião burguês e imperialista, sempre pronto a abandonar seu falso manto democrático, quando a defesa de seus privilégios exigir.

Devemos nos debruçar, sobretudo, sobre as causas de uma derrota, a dois dedos da vitória, para que não sejam repetidas, quando levantarmos, novamente, no Chile, no Brasil e através do mundo, as gloriosas bandeiras e consignas gritadas pelo mundo do trabalho, quando marchava esperançoso e confiante, através das avenidas de Santiago.

***Mário Maestri** é historiador. Autor, entre outros livros, de *O despertar do dragão: nascimento e consolidação do imperialismo chinês* (1949-2021) (FCM Editora).

Referências

MAESTRI, Mário. Minha participação na resistência armada ao golpe de 11 de setembro. SUL21, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 de setembro de 2020. <https://sul21.com.br/opinioao/2020/09/minha-participacao-na-resistencia-armada-ao-golpe-de-11-de-setembro-por-mario-maestri/>

MAGASICH, Jorge. *Historia de la Unidad Popular*. 1. Tiempos de preparación: de los orígenes al 3 de septiembre de 1970; 2. *De la elección a la asunción: los álgidos 60 días del 4 de septiembre al 3 de noviembre de 1970*; 3. *La primavera de la Unidad Popular*; 4. *De tres a dos bloques*. Santiago: LOM, 2020-2023.

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

CONTRIBUA